

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- 1. <u>DATA, HORA E LOCAL</u>: Em 13 de novembro de 2025, às 15:00 horas, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5°, § 2° inciso I e artigo 28, §§1°, 2° e 3° da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), esta Assembleia Geral Extraordinária da BRASKEM S.A. ("Assembleia" e "Companhia", respectivamente) foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Rua Eteno, nº 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Município de Camaçari, Estado da Bahia. CEP 42816-200.
- **2. CONVOCAÇÃO**: Edital de Convocação publicado, consoante o artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**"), no Jornal "O Correio da Bahia", nas edições dos dias 14, 15 e 16 de outubro de 2025, às páginas 22, 11 e 09 respectivamente, e no website do mesmo jornal (https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/).
- 3. PRESENÇAS: Participaram da Assembleia acionistas representando 97,91% (noventa e sete vírgula noventa e um) das ações ordinárias e 75,77% (setenta e cinco vírgula setenta e sete) das ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme se verifica das informações contidas nos mapas analíticos elaborados pelo escriturador, pelo depositário central e pela própria Companhia, na forma do artigo 48, inciso II da Resolução CVM 81, e dos registros do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, nos termos do artigo 47, inciso III da Resolução CVM 81. Participou, ainda, o Sr. Geraldo Vilaça, representante da administração da Companhia, o qual ficou disponível para esclarecimentos a respeito das matérias objeto da Assembleia.
- **4. COMPOSIÇÃO DA MESA**: Verificado o quórum legal, foi instalada a Assembleia, tendo o Sr. Felipe Guimarães Rosa Bon assumido a presidência dos trabalhos, e a Sra. Lilian Porto Bruno, a secretaria dos trabalhos, os quais foram escolhidos na forma prevista no artigo 16, §3º do Estatuto Social da Companhia.
- **5. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: (i) a substituição de 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia indicado pela Novonor S.A. Em Recuperação Judicial ("Novonor") e pela NSP Investimentos S.A. ("NSP Inv.") em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025; (ii) alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, para aprimorar sua redação, adequando o texto do objeto social à realidade atual das atividades por ela desempenhadas; (iii) inclusão de dispositivo no Estatuto Social da Companhia para detalhar as regras e o processo de eleição do Conselho de Administração; (iv) alteração do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia para: (a) atualizar os valores de alçadas de aprovação do Conselho de Administração; (b) autorizar o Conselho de Administração a decidir pela manutenção ou atualização monetária de tais valores; e (c) excluir



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

do rol de competências do Conselho de Administração a escolha e substituição dos auditores independentes das Controladas; e (v) em razão das alterações deliberadas nos itens (ii) a (iv) acima, deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, inclusive renumerando artigos e parágrafos conforme aplicável.

- 6. PROCEDIMENTOS PRELIMINARES: Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente da Assembleia prestou esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia e a forma de manifestação e voto dos acionistas que participarem remotamente da Assembleia, bem como informou que: (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a gravação ficará arquivada na sede da Companhia, nos termos do artigo 30, § 1º, da Resolução CVM 81; e (ii) o sistema eletrônico de participação a distância na Assembleia permitia que os acionistas ouvissem as manifestações de todos os demais acionistas e se dirigissem aos membros da Mesa e aos demais participantes da Assembleia, permitindo assim a comunicação entre acionistas. O Presidente da Mesa também indagou se algum dos acionistas participando pelo sistema eletrônico havia apresentado manifestação de voto por meio do envio de Boletim de Voto a Distância ("Boletim") e desejava alterar seu voto na presente Assembleia, a fim de que as orientações recebidas por meio do Boletim fossem desconsideradas, conforme previsto no artigo 28, §2º, inciso II da Resolução CVM 81. Além disso, o Presidente informou que o mapa sintético consolidado de votação à distância, que reúne as informações dos mapas sintéticos do depositário central, do escriturador e dos votos enviados diretamente à Companhia, encontrava-se disponível para consulta pelos acionistas presentes.
- **DELIBERAÇÃO**: Por proposta do Presidente da Mesa, foi dispensada, por unanimidade dos acionistas presentes, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas. Os acionistas presentes também autorizaram, por unanimidade, a publicação da ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º da Lei das S.A. As matérias constantes da ordem do dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:
- 7.1. SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA: Tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Roberto Faldini ao cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cujo substituto foi indicado em correspondência enviada pela Novonor e pela NSP Inv., exercendo o direito previsto no Item 3.2.2 (a) do Acordo de Acionistas da Braskem, foi aprovada por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias e de ações preferenciais classes A e B da Companhia presentes, sem reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a eleição do Sr. Lucas Cive Barbosa, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens,



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 323.198.758-08, portador da Carteira de Identidade RG nº 44.026.279-3 IIRGD/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050, indicado pelas acionistas Novonor e NSP Inv. para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Roberto Faldini, também indicado pelas acionistas Novonor e NSP Inv.

- **7.1.1.** O membro efetivo do Conselho de Administração é eleito em completação do mandato em curso, que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.
  - **7.1.2.** O membro efetivo do Conselho de Administração toma posse nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio. O Conselheiro ora eleito foi consultado previamente, tendo apresentado declarações por escrito, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarações por escrito, de acordo com os termos das referidas resoluções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. O novo membro também apresentou o Termo de Anuência dos Administradores às regras contidas no Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, também arquivado na sede da Companhia.
- **7.1.2.** Em função da matéria deliberada no item 7.1 acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição:

EFETIVOS	SUPLENTES
HECTOR NUÑEZ	
(PRESIDENTE DO CA)	-
OLAVO BENTES DAVID	MADCOS ANTONIO ZACADIAS
(VICE-PRESIDENTE DO CA)	MARCOS ANTONIO ZACARIAS
PAULO ROBERTO BRITTO GUIMARÃES	RODRIGO TIRADENTES MONTECHIARI
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	
(Membro Independente)	-
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	-
MAURICIO DANTAS BEZERRA	-



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	-
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA	GUILHERME SIMÕES DE ABREU
LUCAS CIVE BARBOSA	-
CARLOS PLACHTA	DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE
(Membro Independente)	ENNES
LUIZ EDUARDO VALENTE MOREIRA	LINEU FACHIN LEONARDO

- **7.2.** ALTERAÇÃO DO ARTIGO 2º DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA: Foi aprovada por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias e de ações preferenciais classes A e B da Companhia presentes, sem reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para aprimorar sua redação, adequando o texto do objeto social à realidade atual das atividades por ela desempenhadas.
  - **7.2.1.** Em decorrência dessa deliberação, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar a partir da presente data com a seguinte nova redação:
    - "Artigo 2° São objetivos da Companhia: a) fabricação, comercialização, distribuição, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, resinas termoplásticas, seus respectivos compostos, transformados e derivados, inclusive de biotecnologia e de fonte renovável, e produtos reciclados; b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais; c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de terceiros; d) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista; e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo, de gás natural ou de matérias primas de fontes renováveis ou circulares; f) o transporte, incluindo navegação marítima e fluvial, a representação e a consignação de produtos químicos, petroquímicos, resinas termoplásticas, seus respectivos compostos, transformados e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros, inclusive biotecnologia e de fonte renovável, e produtos reciclados; g) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Companhia; h) a prestação de serviços relacionados às atividades acima e afins; e i) pesquisa, desenvolvimento, licenciamento e exploração, direta ou indireta, de (i) tecnologias próprias ou com



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

terceiros no ramo da química, petroquímica, do plástico, de biotecnologia, biorrefinaria, energia e/ou relacionadas às atividades acima ou em negócios adjacentes aos objetivos sociais; (ii) modelos de negócio e/ou tecnologias digitais relacionadas às atividades acima ou em negócios adjacentes aos objetivos sociais."

- 7.3. <u>INCLUSÃO DE DISPOSITIVO NO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA</u>: Foi aprovada por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias e de ações preferenciais classes A e B da Companhia presentes, sem reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do <u>Anexo I</u> à presente ata, a inclusão de novo artigo 20 ao Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de aprimorar as regras e a sistemática do processo de eleição do Conselho de Administração em Assembleia Geral, conferindo maior transparência ao processo de eleição.
  - **7.3.1.** Em decorrência dessa deliberação, o artigo 20 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar a partir da presente data com a seguinte nova redação:

"Artigo 20 - A eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas, sendo vedada a votação individual em candidatos, ressalvado o direito de eleição em separado previsto no art. 141, § § 4 ° e 5° da Lei n° 6.404/76, quando aplicável. Parágrafo 1º - Para fins de esclarecimento, o disposto no caput não se aplicará na substituição individual de até a maioria dos cargos do Conselho de Administração em razão de sua vacância. Parágrafo 2º - Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer: (a) a chapa indicada pelo Conselho de Administração, observando-se, quando aplicável, o disposto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia; e (b) a chapa ou chapas que sejam indicadas, na forma prevista no parágrafo 4º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas. Parágrafo 3º - O Conselho de Administração deverá, até a data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger todos os membros do Conselho de Administração, divulgar na proposta da administração ou nos demais materiais disponibilizados para a Assembleia a indicação dos integrantes da chapa proposta pelo Conselho de Administração e disponibilizar as informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis. Parágrafo 4º - O acionista ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer ao Conselho de Administração BRASKEM deverão, com antecedência de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) dias da data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração, com cópia para o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito, a indicação dos candidatos da chapa por eles indicada, acompanhada das informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis, devendo a sua divulgação observar as regras



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

aplicáveis. Parágrafo 5º - Havendo a substituição de um ou mais candidatos da chapa proposta, o Conselho de Administração ou o acionista ou conjunto de acionistas, conforme o caso, deverá imediatamente informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, disponibilizando as informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis a respeito dos candidatos substitutos. Parágrafo 6º - Dentre os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados aqueles que se qualificam como Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima. Parágrafo 7º - É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista, individualmente ou em conjunto com outros acionistas. No entanto, a mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração. Parágrafo 8º - Cada acionista somente poderá votar a favor de uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral. Parágrafo 9º - Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata este Artigo, bem como os candidatos que venham a ser indicados, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis a respeito dos candidatos."

- 7.4. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 26 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA: Foi aprovada por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias e de ações preferenciais classes A e B da Companhia presentes, sem reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a alteração do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia para: (a) atualizar os valores de alçadas de aprovação do Conselho de Administração de acordo com a inflação (IPCA) do período, calculada desde a data de aprovação de cada alçada; (b) incluir alínea com competência específica para permitir que o Conselho de Administração avalie anualmente a pertinência de atualizar os limites de alçada sob sua responsabilidade, com base na variação inflacionária mensurada por índices de inflação oficialmente reconhecidos; e (c) excluir do rol de competências do Conselho de Administração a escolha e substituição dos auditores independentes das Controladas, permitindo que a Diretoria tenha autonomia para decidir sobre o tema e o Conselho de Administração concentre sua atuação em temas estratégicos.
  - **7.4.1.** Em decorrência dessa deliberação, o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar a partir da presente data com a seguinte nova redação:

"Artigo 26 - Compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

negócios da Companhia; (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais); (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução; (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas; (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês; (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia; (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia; (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos; (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia; (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária; (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado; (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios; (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia; (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado; (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% (dez por cento) do ativo não



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado; (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% (vinte por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas; (xviii) decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definido na política da Companhia que regule esta matéria, em valores superiores a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) por exercício social, considerando que este refere-se ao conjunto de transações correlatas, nos termos da definição de transações correlatas prevista na Resolução CVM nº 80/22; (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior; (xx) aprovar a aquisição de matéria-prima, pela Companhia e qualquer de suas controladas, em valor anual superior ao valor equivalente em Reais a US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, considerando-se o período de 12 (doze) meses a partir da primeira contratação, observado que as aquisições de matéria-prima com partes relacionadas deverão seguir a regra prevista no item "xviii"; (xxi) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia; (xxii) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública ("commercial paper"); (xxiii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários; (xxiv) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

emissão de debêntures não conversíveis em ações; (xxv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle; (xxvi) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia; (xxvii) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários; (xxviii)instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 deste Estatuto, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração; (xxix) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; (xxx) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia; e (xxxi) decidir, anualmente, sobre a manutenção ou atualização, pelo índice IPCA ou outro índice de inflação oficialmente reconhecido que venha a substituí-lo, dos valores e limites constantes dos incisos ii, xiv, xvii, xviii e xx do artigo 26 deste Estatuto."

- **7.5.** CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA: Foi aprovada por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias e de ações preferenciais classes A e B da Companhia presentes, sem reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência da aprovação das deliberações anteriores, inclusive renumerando artigos e parágrafos conforme aplicável. A versão consolidada do Estatuto Social da Companhia passa a integrar a presente ata como Anexo II.
- **8. ENCERRAMENTO**: Em cumprimento ao artigo 33, §4º da Resolução CVM 80, o total de aprovações computadas na votação de cada item da ordem do dia encontra-se indicado no Anexo I, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Mesa, sendo que os acionistas que participaram da Assembleia por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

tiveram sua presença registrada pelos membros da Mesa e serão considerados assinantes da presente ata, nos termos do artigo 47, §§1º e 2º da Resolução CVM 81, e do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Ainda, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., a presente ata foi lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. Por fim, restou autorizada, pela unanimidade dos acionistas, a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º da Lei das S.A.

Camaçari/BA, 13 de novembro de 2025.

	1.99 D
Felipe Guimarães Rosa Bon	Lilian Porto Bruno

#### **Acionistas Presentes**:

NSP INVESTIMENTOS S.A. NOVONOR S.A. – Em Recuperação Judicial (p.p. Sra. Simone Torres)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS (p.p. Sr. Flavio de Oliveira Correa)

The Bank of New York Mellon (p.p. Sr. Christiano Marques de Godoy)

Votos apresentados via Boletins de Voto a Distância:

SOJITZ CORPORATION



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO
EVERSON LUAN MEDEIROS SOARES
DANILO CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO
RONALDO JEAN GUBIANI
ADALBERTO BANDEIRA DE CARVALHO
DHANNI LAIDE MARCONATTO
LAMARQUE RODRIGUES COSTA
GIDEONI FERREIRA DA SILVA

IAN GASPARIN

EDSON BARBOSA DE SANT ANA JORGE AUGUSTO DA COSTA ANDRADE

RAFAEL DE LIMA OLIVEIRA

ANDRE DE GOES BRAGA

JOAO FRANCISCO DE JESUS JUNIOR

CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA

ALLAN DONNOLA BARRETO

DIOGO PITOL CANGUSSU

**EDEN MARCOS GIALDI** 

ANTONIO ANDRADE NASCIMENTO NETO

**FABIO CLERICI** 

**GRACIEL MARQUES TARAO** 

**GLEYDSON PUBLIO AZEVEDO** 

FELIPE SEREJO RESEMINI

BRUNO LIMA DE SOUZA

ALBERTO RIBEIRO DA MOTTA

GIOVANI SANTOS CORREIA DA SILVA

LEVI DE OLIVEIRA

LUIZ GUSTAVO ALVES DOS SANTOS

RENATO VICENTE DA SILVA

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS

REGINALDO DO NASCIMENTO

ALINE ANASTACIO

PAUL MARQUES IVAN

VINICIUS COSTA ZEQUIEL

JOSE ROBERTO BENTO CORREIA

**GUSTAVO MARTINS DE QUADROS** 

ORDILEI DE ASSIS DIACHUKA



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA
HENRIQUE GABRIEL BECKER
FRANCISCO IVAN DA SILVA
ANTONIO CARLOS TIRADENTES RODOLPHI
EDSON RODRIGUES PEREIRA JUNIOR
JAYME KHAWAN ASSUNCAO MUNIZ FERREIRA
ACIDALIA FRANCISCO DE SOUZA FARIAS
MARONITO RAIMUNDO DE FRANCA
ROBERTO FORTUNATO
CARLOS ROGERIO CAMPESTRINI
SIDEZIO DOS SANTOS MIGUEL
SANTIAGO BARBOSA FRAGA
RAPHAEL TASCA MENDES

OSMAIR RIBEIRO

EDIVALDO LOPES PEIXOTO

APARECIDA CRISTINA DE SOUZA

PEDRO BERNARDINELLI JUNIOR

JOSE NILTON ALCANTARA SILVA

**FELIPE BORGES LANA** 

PLINIO AUGUSTO GONCALVES

EMANUEL MESSIAS DO NASCIMENTO

WILLIAN CLEYSON FRITSCHE

ELSON JOSE DA SILVA GOMES

FERNANDO SILVA SANTOS

ANNDERSON HENRY RODRIGUES OLIVEIRA

ADALBERTO JOSE PIAZZA

CAROLINE KROEFF MACHADO

MARCEL SEVERO

REINALDO FERREIRA AMILTON

MARIO HENRIQUE SILVEIRA DE ALMEIDA

MARCELO HISASHI MITSUI

MARCELO FRANCISCO LORO

CARLOS EDUARDO COSTA DELUNARDO

ROBERTO SANTIAGO CERQUEIRA

SIDNEY SILVANE DOS SANTOS

PABLO MICHEL BRAUN SMANIOTTO

VANDEMBERG DA ROSA DOS SANTOS ALMEIDA



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

MARCIO PAULO PEREIRA ANDRE MANFROI TOLEDO

**EVALDO JOSE KUMMER** 

GUSTAVO HENRIQUE JUSTINO DA SILVA

MARCO ANTONIO ROMANELLI NOGUEIRA

NILTON DE FREITAS SOUZA RAMOS

FRANCISCO DE ASSIS DIAS ALBERTIANO DIAS DA SILVA

LEONARDO GOMES DA SILVA

JOSE HENRIQUE ROBLES RODRIGUES

ELAINE RODRIGUEZ DE SOUZA

AGILDO SANA DE SOUZA

**RONEY REIS DE PAULA** 

RICARDO LISIAS TUPONI

ANDERSON APARECIDO DOS SANTOS

MICHEL FERNANDES

PAULO VILLIGER THOMAZ DA ROSA

SANDRIGO ALVES DE BRITO GOMES

SAMUEL DA SILVA TEIXEIRA

ANGELO CESAR MARTINS

DANIEL FRANCISCO PELUSO COSTA

MARCELLO CENCI

MAYKON LEANDRO REUS

VINNICIUS GABRIEL MENDES DA FONSECA

RODRIGO SANTOS DA SILVA

FABIO LUIZ LOBO MAZZA JUNIOR

RAMON SIDNEI DOS SANTOS

JOSEMIR DE BARROS SILVA

**FULVIO DE MORAES GOMES** 

**EDNEI JOSE VECCHIATO** 

RAFHAEL JUNIO DE OLIVEIRA MAIA

JULIO FERREIRA GOMES

HERNON CALLEGARIO VEIGA

SIMONE PEREIRA VIANA

MARCOS VIEIRA

RAFAEL VERDUN DE AQUINO

ANGELO MILBRATZ BERTOLLI



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

RENE ETIENE GUERCI
TAMARA KENYA MIRANDA DA SILVA
LENO CHARLES DE FIGUEIREDO JUNIOR
JEAN CARLOS DUARTE MATEUS
GUILHERME DO NASCIMENTO BARCELOS
JOAO ROBERTO CABRAL DE LIMA
JOSE MARCELO RIBEIRO JUNIOR
FELIPE MAGARAO COSTA
ARNALDO ALVES DE LIMA FILHO
FLORIO FONTOLAN FILHO

NUBIO SAITO FLORES
JOSE ROBERTO RODRIGUES JUNIOR
KEVIN BATISTA DE ARAUJO BEZERRA DA SILVA
FERNANDO VINICIOS GOMES DA SILVA
VICTOR CONTINI NETO

LUCIANA NICODEMOS DE FRANCA CLEBER LEANDRO GONZALES RAIMUNDO NAILTON DE JESUS VICTOR CASTRO PACHECO JULIANA CELIA ARRUDA

WAGNER DE OLIVEIRA FERREIRA RENATO OLIVEIRA FERRAZ ADRIANO APARECIDO GEA BRUNO VRBAN AQUINO

MARCELO CECILIO VIEIRA DE OLIVEIRA GUSTAVO INACIO CAPUTO JUNIOR OSVALDO MELLO DE OLIVEIRA JUNIOR FABRICIO MIRAGLIA

VINICIUS ALECIO

DANIEL ANNUNCIATO JUNIOR
MARCUS VINICIUS DE ASSIS
JACQUES PORTELA DE AZAMBUJA
MARIA DO ROSARIO RITO E MELO CHAVES
JOAO HENRIQUE MERTEN PEIXOTO
LUIZ GUSTAVO ZILLI ANSELONI
CLAUDIO ELIAS DO NASCIMENTO
GAUDENCIO GOMES



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

RODRIGO DER FORTES

**FERNANDO DOMINGUES** 

LEANDRO HENRIQUE CASTILHO

**EDGARD SANCHES** 

**EDMILSON PEREIRA DE GODOY** 

CARLOS GUSTAVO BUCALON

ANDRE LUIZ RIBEIRO

FABIO FEITOZA DA SILVA

**EDSON MILTON GENOVA** 

WILBER GREGIO TONHOLI

FRANCIS SAMPAIO REBOUCAS

DANIEL GUSTAVO LARIOS BRAGA

JANDERSON LIBERA DE ALENCAR

AMILTON JOSE FIORIN JUNIOR CASSIO EDNELSON DOMINGUES

MARCOS ANTONIO ALEXANDRE DE MEDEIROS JUNIOR

CHARLES MOTA MIRANDA

DIOGO HENRIQUE PREZOTO CASTELANO

JUAREZ AMERICO MOTYCZKA

LEANDRO TADEU LANCA

VALFREDO MARINI

NATHAN WEISSMAN MEHLBERG

ISAIAS FERREIRA DE ARAUJO

**ED CARLOS LEITE** 

**EDSON ROSA JUNIOR** 

ELOIZA BERNARDES DA SILVA

JOAO AFONSO ROBLES MOREIRA JUNIOR

JAIME ROBERTO SCHMIDT

SIDNEY AUGUSTO GAMITO

RICARDO SOITI SAKON

REGINA ALVES DE NOVAIS

CAIO HENRIQUE VERNASCHI

**EVERTON DOS SANTOS COSTA** 

THIAGO BERNARDES

ALESSANDRO AGUIAR ALVES

PEDRO HENRIQUE BASSETTO DA SILVA BRUNO CANTO BUGALLO



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

ANTONIO CALADO DE CARVALHO FILHO THIAGO VALENTIM PIXITORI CARDOSO FRANCIELE SANTOS ROCHA RENE ANDRE REINIG CARVALHO LUCIANO MICHAEL DE SOUZA

SAMANTA CAROLINA DOS SANTOS GILSON PEREIRA

IANNES VELASQUES KERN DE QUEIROS

LIGIA BARRETO BATISTA

ALEXANDRE VIECELLI

**GUSTAVO DE ASSIS OLIVEIRA** 

EDILSON DE SOUZA MAGALHAES

LUCIANA MARIA JORDAO INACIO

GILMAR DE CAMPOS RIBEIRO

DOUGLAS LOPES DA SILVA

ADIRSON FRANCISCO FERREIRA

AUDALIO JOSE DE FREITAS

MARIO SERGIO PINTO

**ELDER SANTOS NAZARETH** 

ANTONIO MOREIRA DA SILVA

MARCUS DOS SANTOS ALEKSANDRAVICIUS

JULIO CESAR DE ABREU

CONRADO ALCESTE MONTINERI JUNIOR

CARLOS ROBERTO DE AGUIAR

PEDRO MENDES

SERGIO AUGUSTO ALVES COUTINHO

JOAO CARLOS MACEDO OZORIO

CARLOS AUGUSTO CZECH

ADMIR TADEU ROSSINI

ALDO JOSE KUHL JUNIOR

CARLOS HENRIQUE SOUSA SANTOS

SERGIO DEMICHURKI

JULIO CESAR SOARES VIVIAN

EDUARDO JORGE B DA SILVA

MAURO CORDEIRO DORNELLAS

EDSON ROBERTO PAROLIN

RENATO MILER SEGALA



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

WASHINGTON LUIZ DE ALBUQUERQUE SILVA

**ELCIO ANTONIO WORELL** 

MARCOS MARTINS TINOCO

ADRIANO ROBERTO COMIN

CRISTIANO DE CASTRO

SAULO PACHECO JUNIOR

**DUART MOREIRA DUART** 

RICARDO PEREIRA DE LIMA

**ROVANIO BUSSOLO** 

**ELI BARCELOS** 

SEBASTIAO EUDES ALVES

DIOGO VANDERLEI SCHWERTNER

NADSON DIVINO DE JESUS

JOEL DA SILVA CARDOSO

WELERSON LUIZ FELIPE LOPES

KLEBER SANTOS COSTA

MARCELLO PASSOS

**NILTON ROSA PEREIRA** 

JAIRO PEREIRA BARBOSA

ANTONIO DA SILVA FERRO

ALFREDO MONTELONGO FLORES

VINICIUS DE SOUZA GUIMARAES

JULIANO DAMO

ROSENILSON DOS REIS CASTRO

GILBERTO OLIVEIRA DO CARMO JUNIOR

REGINALDO RIBEIRO DA SILVA

OSCAR SEIITI SAKASHITA

JOSE ROBERTO MANFIO

**EVERSON FERNANDO PICKLER** 

MARCIO FORTUNA GARCES DE MENEZES

EGIDIO LUCCA FILHO

NATANAEL CRESPO DE QUEIROZ FILHO

RAPHAEL SAULORS CHAPUR

LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD

MANAGED PENSION FUNDS LIMITED

MULTI STYLE MULTI MANAGER FUNDS PLC

**NORGES BANK** 



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY INTERNATIONAL MONETARY FUND UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA ALASKA PERMANENT FUND BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY IVESCO FTSE RAFI EMERGING MARKETS ETF ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F. LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC. ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT **FUND** 

M&G GLOBAL E. M. FUND A SUB FUND OF M&G I. F. (7)
SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF
THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK
INVESCO MARKETS III PLC - INV FTSE RI EMERGING MARK U ETF
ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF
LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND
CUSTODY B. OF J. LTD. RE: STB D. E. E. F. I. M. F.
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC

ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF
VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY
SPDR PORTFOLIO MSCI GLOBAL STOCK MARKET ETF
FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT
INDEX F

SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC-FUNDAMENTAL



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND

STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO
LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND
LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
CC AND L Q 140-40 FUND

ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY
VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP
INDEX F

CITITRUST LIMITED AS T OF A F S A MODERATE GROWTH FUND BLACKROCK BALANCED CAPITAL PORTFOLIO OF BLACKROCK SERIES FUN

M&G (LUX) INVESTMENT FUNDS 1

PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAFI DYNAMIC MULTI-FACTOR EMERGIN

EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND

EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND

GLOBAL ALPHA TILTS ESG NON-LENDABLE FUND B FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV

FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN
AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX

Т

MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND
THE NEW ZEALAND GUARDIAN TRUST COMPANY LIMITED IN ITS
CAPAC

SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II THRIFT SAVINGS PLAN

REASSURE LIMITED

HSBC INDEX TRACKER INVEST. FUNDS FTSE ALL WORLD INDEX FUND

BLACKROCK BALANCED CAPITAL FUND, INC.



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB4000

HSBC ETFS PLC H MSCI E M S C ESG U ETF BC BNP PARIBAS BR SA INVESCO INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF VANGUARD EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

### **ANEXO I**

### MAPA SINTÉTICO FINAL DE VOTAÇÃO

Matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2025

	Descrição da Deliberação		Quantidade de ações		<b>6</b> 00 1	(0) \ 1 \ 11/	(%) do
Código da Deliberação		Voto da Deliberação	de Ações	Quantidade de Ações (Preferenciais)	(%) do Capital Social	(%) do Número Total de Ações Ordinárias	Número Total de Ações Preferenciais
	Substituição de 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia indicado pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial ("Novonor") e pela NSP Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial ("NSP Inv.") em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a	APROVAÇÕES	442.189.790	181.055.567	78,2%	97,9%	52,4%
1		REJEIÇÕES	19.750	16.387.070	2,1%	0,0%	4,7%
		ADCTENIÇÕEC	2.942	89.037	0,0%	0,0%	0,0%



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

		encerrar-se em 31 de dezembro de 2025						
		Alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, para aprimorar sua redação, adequando o texto do objeto social à realidade atual das atividades por ela desempenhadas  Inclusão de dispositivo no Estatuto Social da Companhia para detalhar as regras e o processo de eleição do Conselho de Administração	APROVAÇÕES	442.190.789	197.261.650	80,2%	97,9%	57,1%
	2		REJEIÇÕES	18.727	192.235	0,0%	0,0%	0,1%
			ABSTENÇÕES	2.966	78.341	0,0%	0,0%	0,0%
			APROVAÇÕES	442.194.213	180.717.541	78,1%	97,9%	52,3%
				17.201	16.744.175	2,1%	0,0%	4,8%
			ABSTENÇÕES	1.068	69.798	0,0%	0,0%	0,0%
	Social da Companhia para: (a) atualiza	os valores de alçadas de aprovação do	APROVAÇÕES	442.187.137	197.112.441	80,2%	97,9%	57,0%
		REJEIÇÕES	18.202	351.213	0,0%	0,0%	0,1%	



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

	atualização monetária de tais valores; e (c) excluir do rol de competências do Conselho de Administração a escolha e substituição dos auditores independentes das Controladas	ABSTENÇÕES	7.143	68.454	0,0%	0,0%	0,0%
Em razão das alterações deliberadas nos itens 2 a 4 acima, deliberar sobre	APROVAÇÕES	442.190.990	197.367.398	80,2%	97,9%	57,1%	
	a consolidação do Estatuto Social da		18.326	104.633	0,0%	0,0%	0,0%
Companhia, inclusive renumerando artigos e parágrafos conforme aplicável	ABSTENÇÕES	3.166	60.079	0,0%	0,0%	0,0%	



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

#### Anexo II

### **ESTATUTO SOCIAL**

## <u>CAPÍTULO I</u> <u>NOME, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO</u>

### Artigo 1º

A **BRASKEM S.A.**, companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

**Parágrafo 1º** - Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("<u>B3</u>"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da B3 ("<u>Regulamento</u>").

**Parágrafo 2°** - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

#### Artigo 2°

São objetivos da Companhia:

- a) fabricação, comercialização, distribuição, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, resinas termoplásticas, seus respectivos compostos, transformados e derivados, inclusive de biotecnologia e de fonte renovável, e produtos reciclados;
- b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais;
- c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de terceiros;
- d) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista;
- e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

petróleo, de gás natural ou de matérias primas de fontes renováveis ou circulares;

- f) o transporte, incluindo navegação marítima e fluvial, a representação e a consignação de produtos químicos, petroquímicos, resinas termoplásticas, seus respectivos compostos, transformados e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros, inclusive biotecnologia e de fonte renovável, e produtos reciclados;
- g) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Companhia;
- h) a prestação de serviços relacionados às atividades acima e afins; e
- i) pesquisa, desenvolvimento, licenciamento e exploração, direta ou indireta, de (i) tecnologias próprias ou com terceiros no ramo da química, petroquímica, do plástico, de biotecnologia, biorrefinaria, energia e/ou relacionadas às atividades acima ou em negócios adjacentes aos objetivos sociais; (ii) modelos de negócio e/ou tecnologias digitais relacionadas às atividades acima ou em negócios adjacentes aos objetivos sociais.

#### Artigo 3°

O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

## <u>CAPÍTULO II</u> CAPITAL E AÇÕES

#### Artigo 4°

O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.207.834 (setecentas e noventa e sete milhões, duzentas e sete mil e oitocentas e trinta e quatro) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.060.392 (trezentas e quarenta e cinco milhões, sessenta mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais classe "A"; e 478.790 (quatrocentas e setenta e oito, setecentas e noventa) ações preferenciais classe "B".

**Parágrafo 1º** - A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social até que este atinja a quantidade total de 1.152.937.970 (um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, novecentas e trinta e sete mil, novecentas e



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

setenta) em ações, sendo 535.661.731 (quinhentos e trinta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentas e trinta e uma) em ações ordinárias, 616.682.421 (seiscentos e dezesseis milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, quatrocentas e vinte e uma) em ações preferenciais classe "A" e 593.818 (quinhentas e noventa e três mil, oitocentas e dezoito) em ações preferenciais classe "B", sendo certo que a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito não poderá ultrapassar o limite 2/3 do capital total da Companhia ("Capital Autorizado").

**Parágrafo 2°** - Poderá ser modificada a proporção anteriormente verificada entre o número de ações das diversas classes de ações preferenciais da Companhia, sendo dispensada a formalidade prevista no Artigo 136, §1º da Lei nº 6.404/76.

#### Artigo 5°

As ações preferenciais classe "B" serão sempre integralizadas com recursos previstos na legislação de incentivos fiscais aos empreendimentos do Nordeste.

**Parágrafo Único** - As ações integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o Artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do Artigo 3º do referido Decreto-Lei.

### Artigo 6°

Todas as ações da Companhia são escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, sem emissão de certificados.

**Parágrafo 1°** - O custo do serviço de transferência de propriedade das ações, que for cobrado pela instituição financeira depositária, poderá vir a ser repassado ao acionista, conforme faculta o parágrafo 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo 2°** - A Assembleia Geral poderá autorizar a conversão de ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto, fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

**Parágrafo 3°** - As ações preferenciais classe "B", uma vez esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial, poderão ser convertidas em ações preferenciais classe "A" a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada uma ação preferencial classe "A".

**Parágrafo 4º -** Todas as ações da Companhia farão jus ao direito de venda conjunta (tag along) no caso de alienação do controle da Companhia, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s), observado o disposto no Capítulo III deste Estatuto Social.

#### Artigo 7°

A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

- a) a emissão, a quantidade, preço, tipos ou espécies e classes de ações a serem emitidas pela Companhia serão, conforme o caso, estabelecidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, sendo, nesta última hipótese, sempre observado o Capital Autorizado;
- b) a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em Lei;
- c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, por ocasião de cada chamada de capital;
- d) a integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral;
- e) não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da Lei especial sobre incentivos fiscais (Artigo 172, parágrafo único, da lei nº 6.404/76); também não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer novas ações os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais.
- f) sem prejuízo do disposto no parágrafo único abaixo, no exercício do direito de preferência à subscrição de novas ações e/ou dos demais valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica assegurado aos acionistas o prazo de 30 (trinta) dias para efetuarem a subscrição, contado este prazo da data da publicação do respectivo aviso aos acionistas;



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

g) poderão ser emitidos bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração no limite do Capital Autorizado.

Parágrafo Único - Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral, conforme o caso, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o respectivo prazo, em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.

#### Artigo 8°

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### Artigo 9°

As ações preferenciais não terão direito a voto, gozando, porém, dos seguintes privilégios:

- a) as ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição, em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário, como definido na alínea "g" adiante, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. Esse dividendo deverá ser pago, salvo deliberação da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração, na hipótese de distribuição de dividendos intermediários (Art. 46, parágrafo 4º), no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social:
- b) as ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais referido na alínea "a" deste artigo:
- c) depois de cumprido o disposto na alínea "a" deste artigo e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, conforme definido na alínea "g" adiante, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido na alínea "a" deste artigo;



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- d) somente as ações ordinárias e preferenciais classe "A" participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social;
- e) às ações preferenciais classes "A" e "B" é assegurada a prioridade no reembolso do capital;
- f) a integralização das ações subscritas pelo FINOR efetivar-se-á mediante depósito da quantia correspondente em conta vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., em nome da Companhia, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação da publicação, no Diário Oficial, da Certidão de arquivamento da Junta Comercial, referente ao arquivamento da Ata de Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a subscrição;
- g) o valor unitário das ações será obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação.

**Parágrafo Único** - As ações preferenciais sem direito a voto com dividendos fixos ou mínimos, quando emitidas, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do § 1º, do art. 111, da Lei nº 6.404/76.

## <u>CAPÍTULO III</u> DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA.

#### Artigo 10

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) desde já obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

#### Artigo 11



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Para os fins do previsto no artigo 10 acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, que retire do alienante a condição de controlador da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não (a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

<u>Parágrafo Único</u> - Não obstante o disposto no artigo 11 acima, não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

### Artigo 12

O direito de venda conjunta previsto neste Capítulo III não se aplicará caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

## <u>CAPÍTULO IV</u> ÓRGÃOS PERMANENTES DA SOCIEDADE

#### Artigo 13

São Órgãos permanentes da Companhia:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho de Administração;
- c) a Diretoria;
- d) o Conselho Fiscal.

## CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

### Artigo 14



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos quatro primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social; e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

**Parágrafo Único** - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei.

#### Artigo 15

A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa, observadas as disposições legais.

### Artigo 16

Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam mantidas em depósito na instituição financeira, indicada pela Companhia, até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

Parágrafo 1° - O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Parágrafo 2°** - Para fins do exercício do direito previsto no parágrafo 4° do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão comprovar à Assembleia a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida pelo referido dispositivo durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral e estarão aptos a exercer o mencionado direito apenas com relação às ações que satisfizerem tal requisito.

**Parágrafo 3º** - Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral.

#### Artigo 17

Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:

- alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii) criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- (iii) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;
- (iv) participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v) alterações do Estatuto Social;
- (vi) aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii) transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii) aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ix) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x) alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;
- (xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiv) abaixo;
- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

## <u>CAPÍTULO VI</u> <u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

### Artigo 18

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser conselheiros independentes, de acordo com a definição contida nas políticas da Companhia.

**Parágrafo 2º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo 1º acima, resultar número fracionado de conselheiros, procederse-á ao arredondamento para o número inteiro subsequente.

**Parágrafo 3º** - Os conselheiros eleitos mediante votação em separado serão considerados independentes.

### Artigo 19

A Assembleia Geral deverá definir, entre os membros do Conselho de Administração, o Presidente e o Vice-Presidente, podendo substituí-los a qualquer tempo, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

**Parágrafo Único** - O cargo de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, salvo nas hipóteses e nos termos previstos pelo Regulamento.

### Artigo 20

A eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas, sendo vedada a votação individual em candidatos, ressalvado o direito de eleição em separado previsto no art. 141, § § 4 ° e 5° da Lei n° 6.404/76, quando aplicável.

**Parágrafo 1°** - Para fins de esclarecimento, o disposto no caput não se aplicará na substituição individual de até a maioria dos cargos do Conselho de Administração em razão de sua vacância.

**Parágrafo 2°** - Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer: (a) a chapa indicada pelo Conselho de Administração, observando-se, quando aplicável, o disposto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede da



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Companhia; e (b) a chapa ou chapas que sejam indicadas, na forma prevista no parágrafo 4º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração deverá, até a data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger todos os membros do Conselho de Administração, divulgar na proposta da administração ou nos demais materiais disponibilizados para a Assembleia a indicação dos integrantes da chapa proposta pelo Conselho de Administração e disponibilizar as informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis

Parágrafo 4° - O acionista ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer ao Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) dias da data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração, com cópia para o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito, a indicação dos candidatos da chapa por eles indicada, acompanhada das informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis, devendo a sua divulgação observar as regras aplicáveis.

**Parágrafo 5°** - Havendo a substituição de um ou mais candidatos da chapa proposta, o Conselho de Administração ou o acionista ou conjunto de acionistas, conforme o caso, deverá imediatamente informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, disponibilizando as informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis a respeito dos candidatos substitutos.

**Parágrafo 6°** - Dentre os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados aqueles que se qualificam como Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima.

Parágrafo 7° - É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista, individualmente ou em conjunto com outros acionistas. No entanto, a mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 8°** - Cada acionista somente poderá votar a favor de uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Parágrafo 9° - Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata este Artigo, bem como os candidatos que venham a ser indicados, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e documentos exigidos pela lei e pela regulamentação aplicáveis a respeito dos candidatos.

### Artigo 21

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores.

### Artigo 22

O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

#### Artigo 23

Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos seus respectivos suplentes. Na ausência ou impedimento temporário do Presidente, a presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Vice-Presidente. Na ausência e/ou impedimento temporários e simultâneos do Presidente e do Vice-Presidente, o Presidente indicará, entre os demais membros do Conselho, quem o substituirá na presidência do Conselho de Administração.

#### Artigo 24

No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

### Artigo 25



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente cada 3 (três) meses e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros.

**Parágrafo 1°** - Entre o dia da convocação e o dia da realização da reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

**Parágrafo 2°** - O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações serão tomadas por maioria, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

### Artigo 26

A remuneração global anual dos administradores da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a sua individualização.

#### Artigo 27

Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais);
- (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;
- (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês:
- (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia;
- (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
- (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;
- (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;
- (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;

- (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% (vinte por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;
- (xviii) decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definido na política da Companhia que regule esta matéria, em valores superiores a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) por exercício social, considerando que este refere-se ao conjunto de transações correlatas, nos termos da definição de transações correlatas prevista na Resolução CVM n° 80/22;
- (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;
- (xx) aprovar a aquisição de matéria-prima, pela Companhia e qualquer de suas controladas, em valor anual superior ao valor equivalente em Reais a US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, considerando-se o período de 12 (doze) meses a partir da primeira contratação, observado que as aquisições de matéria-prima com partes relacionadas deverão seguir a regra prevista no item "xviii";



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- (xxi) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;
- (xxii) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública ("commercial paper");
- (xxiii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxiv) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;
- (xxv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle:
- (xxvi) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;
- (xxvii) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxviii) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; vii; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 deste Estatuto, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- (xxix) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; e
- (xxx) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.
- (xxxi) decidir, anualmente, sobre a manutenção ou atualização, pelo índice IPCA ou outro índice de inflação oficialmente reconhecido que venha a substituí-lo, dos valores e limites constantes dos incisos ii, xiv, xvii, xviii e xx do artigo 26 deste Estatuto.

#### Artigo 28

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento de Funcionamento do Conselho, compete:

- a) convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração; e
- b) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

#### Artigo 29

Ao Vice-Presidente ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar na forma do art. 22, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo de Presidente até a eleição de novo titular.

### CAPÍTULO VII CONFORMIDADE E AUDITORIA

#### Artigo 30

A Companhia terá um Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, composto por 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - O Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário deverá contar em sua composição com (i) 3 (três) membros independentes do seu Conselho de Administração nos termos de política própria da Companhia; e (ii) 2 (dois) membros que não sejam participantes do Conselho de Administração,



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

escolhidos na forma do parágrafo 2º.

**Parágrafo 2º** - Os 2 (dois) membros não participantes do Conselho de Administração deverão ser membros independentes, nos termos da Resolução CVM nº 23/21 ou qualquer outra que venha a substitui-la e serão escolhidos pelo referido órgão dentre os indicados em lista, a ser submetida pelo Presidente do Conselho de Administração, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a indicação de nomes pelos acionistas.

**Parágrafo 3º** - Para fins de cumprimento da Resolução CVM nº 23/21, ao menos 1 (um) dos 3(três) membros do Conselho de Administração da Companhia integrantes do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário deverá atender simultaneamente aos critérios de independência previstos na política própria da Companhia e aos critérios de independência previstos na Resolução CVM nº 23/21 ou qualquer outra que venha a substitui-la.

**Parágrafo 4º** - Os membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos.

**Parágrafo 5º** - Para os membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário que sejam membros do Conselho de Administração, a renúncia ou destituição do cargo de membro do Conselho de Administração acarretará automaticamente na renúncia ou destituição, conforme o caso, do cargo de membro do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário.

Parágrafo 6º - Pelo menos um dos membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário deverá ter reconhecidos conhecimentos nas áreas de contabilidade societária, de auditoria e financeira, que o caracterize como especialista financeiro, nos termos da Resolução CVM nº 23/21 ou qualquer outra que venha a substituí-la, das leis norte-americanas aplicáveis à Companhia e regras de listagem a que a Companhia esteja submetida, podendo o especialista financeiro ser membro do Conselho de Administração ou não.

**Parágrafo 7º** - É vedada a participação de Diretores e empregados da Companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário.

Parágrafo 8º - O Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário contará com



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

um regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração que descreverá detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais e atribuições de seu Coordenador.

**Parágrafo 9º** - O exercício das atividades dos membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, bem como seu regimento interno deverão observar as regras previstas na regulamentação brasileira, especialmente na Resolução CVM nº 23/21, e norte-americana, incluindo o disposto na *Sarbanes—Oxley Act* e nas regras emitidas pela *Securities and Exchange Commission* - SEC.

**Parágrafo 10º** - Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário os mesmos deveres e responsabilidades impostos pela lei ou por este Estatuto aos administradores da Companhia.

#### Artigo 31

A Companhia deverá manter uma área dedicada às atividades de conformidade, que será liderada por um integrante de alta hierarquia. Referido integrante se reportará diretamente ao Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, não estando subordinado ou vinculado a qualquer outra área ou a qualquer Diretor da Companhia, e ao qual serão assegurados os poderes necessários para garantir o cumprimento de suas funções com independência.

### CAPÍTULO VIII DIRETORIA

#### Artigo 32

A Diretoria é composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, sendo um Diretor Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, e por ele destituíveis a qualquer tempo, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

### Artigo 33

O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

**Parágrafo Único** - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

### Artigo 34

Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação, dentre os demais Diretores, de seu substituto, que acumulará as funções observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

**Parágrafo Único** - Nas ausências temporárias e impedimentos do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração designar o seu substituto.

### Artigo 35

Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração, eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

### Artigo 36

Compete à Diretoria:

- a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos;
- b) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;

### Artigo 37

Compete ao Diretor Presidente:

- a) propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;
- b) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

e) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.

#### Artigo 38

Compete aos demais Diretores a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo do disposto no Artigo 39 deste Estatuto, compete a quaisquer 2 (dois) Diretores representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

### Artigo 39

É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por dois membros da Diretoria.

**Parágrafo Único** - As procurações deverão especificar os poderes conferidos e a duração do mandato, o qual deverá ser limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, ou que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo.

#### Artigo 40

Com as exceções constantes neste Estatuto, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

- a) 2 (dois) Diretores; ou
- b) um Diretor e um Procurador ou dois Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do Artigo 38 deste Estatuto.

**Parágrafo 1°** - Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários e de certificação digital; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

**Parágrafo 2º** - Em casos especiais poderão ser outorgados a um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do Artigo 38 deste Estatuto.

#### Artigo 41

A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

**Parágrafo Único** - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto, na forma do art. 33, parágrafo único.

### Artigo 42

É vedado à Diretoria:

- a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no País ou no Exterior, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração;
- b) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto às empresas controladas, ou se autorizado expressamente pelo Conselho de Administração.

### CAPÍTULO IX CONSELHO FISCAL

### Artigo 43

O Conselho Fiscal, composto de até 5 (cinco) membros e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, funcionará de forma permanente, na forma da lei.

**Parágrafo Único** - Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger um membro e seu respectivo suplente. Igual



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

direito ficará assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

#### Artigo 44

O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 1° - Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do termo de anuência e/ou adesão às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 2° - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

**Parágrafo 3º** - O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

#### Artigo 45

Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a Lei.

### CAPÍTULO X EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

#### Artigo 46

O exercício social se inicia em 1º (primeiro) de janeiro e termina em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

#### Artigo 47



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em Lei.

**Parágrafo 1°** - Do resultado do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados e da dedução para provisão para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos administradores da Companhia por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurados os dividendos mínimos estabelecidos no artigo 9°, letra "c" deste Estatuto, às ações ordinárias.

**Parágrafo 2°** - Dos lucros líquidos verificados na forma da Lei, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal até que este atinja montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

**Parágrafo 3°** - Os acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da lei, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada:

- a) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais;
- b) se ainda houver remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.
- **Parágrafo 4°** Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos antecipados, observadas as disposições da lei, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "adreferendum" da Assembleia Geral.

**Parágrafo 5°** - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral.



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

**Parágrafo 6°** - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9°, parágrafo 7° da Lei n° 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório, estabelecidos neste Estatuto Social em seu artigo 9° e no parágrafo 3° deste artigo 46, respectivamente.

#### Artigo 48

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio de que trata o parágrafo 6º do Artigo 46, atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados após 3 (três) anos a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros sobre o capital próprio, prescreverão em favor da Companhia.

### CAPÍTULO XI ACORDOS DE ACIONISTAS

### Artigo 49

Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Companhia, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em Lei.

### <u>CAPÍTULO XII</u> DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 50

A Companhia se dissolverá nos casos previstos em Lei.

**Parágrafo Único** - Em caso de dissolução extrajudicial da Sociedade, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

### Artigo 51

Os montantes em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como referência de valores de alçada e deverão ser considerados pelos seus valores equivalentes em Reais, convertidos pela taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando para esse fim a média do mês anterior à operação ou outro fato que enseje a verificação da alçada ou à respectiva proposta ao Conselho de Administração, conforme o caso.

Consolidação – 30/11/2004
Alteração em 31/03/2005 – Art. 4º - Grupamento
Alteração em 31/05/2006 – Art. 4º - Capital Social – Inc. Polialden
Alteração em 02/04/2007 – Art. 4º - Capital Social – Inc. Politeno
Alteração em 31/07/2007 – Art. 4º - Capital Social – RCA 530ª
Alteração em 06/03/2008 – Art. 4º - Capital Social – AGE
Alteração em 30/05/2008 – Art. 4º - Capital Social – AGE – Inc. Grust
Alteração em 30/09/2008 – Art. 4º - Capital Social – AGE - Inc. IPQ
Alteração em 22/12/2008 – Art. 4º - Cancelamento de Ações
Alteração em 30/04/2009 – Art. 4º e Parágrafo 1º – Capital Social – Inc. P.
Triunfo

Alteração em 25/02/2010 – Art. 4º, parág. 1º – Limite do Capital Autorizado Alteração em 27/12/2010 – Art. 4º - Capital Social – Inc. Quattor Petroquímica Reforma e Consolidação - 28/02/2012

Alteração em 04/12/2012 – Art. 4º - Capital Social – AGE – cancelamento de ações

Alteração e Consolidação - 06/04/2016 – Art. 4º - Conversão de ações preferenciais classe "B" em classe "A"

Alteração em 30/11/2017 – Art. 2º, inclusão das atividades que eram desenvolvidas pela Braskem Petroquímica Ltda. e não tinham equivalente no objeto social da Companhia, Art. 4º, conversão de ações preferenciais classe "B", em classe "A"; e Art. 39º, retificação da alínea "b" para alinhamento conceitual com o item "xx" do artigo 26.

Alteração em 30/04/2018 – Art. 4º, conversão de ações preferenciais classe "B", em classe "A"; Art. 18, inserção dos parágrafos 1º, 2º e 3º para prever um percentual mínimo de 20% de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e Novo Capítulo VII, prevendo a criação de um Comitê de Conformidade de caráter permanente e a formalização da existência de uma área de conformidade na Companhia.



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Alteração em 16/10/2018 – Art. 4º, conversão de ações preferenciais classe "B", em classe "A"; Art. 26, inciso "xviii", de forma a excluir a exceção aos contratos de matéria prima da competência do Conselho de Administração que trata da contratação com partes relacionadas, incluir referência à política da companhia que regule a matéria, bem como para aumentar os valores-limite para aprovação.

Alteração em 13/04/2021 – Art. 1º, parágrafo 1º para alterar a denominação social da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão; Art. 17, (xi) para ajuste de referência cruzada; Art.26 (xx) para inclusão de alínea para regular a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a aquisição de matérias primas; quando aplicável; Art. 26 (xxv) para ajuste redacional; Criação do Art. 50 para dispor sobre as regras aplicáveis para a conversão do limite para aquisição de matérias primas previsto em Dólar ao equivalente em Reais. Alteração em 30/07/2021 – Arts. 29 e 30, transformação do Comitê de Conformidade em Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário. Alteração em 19/04/2022 – Art. 4º, conversão de ações preferenciais classe "B", em ações preferenciais classe "A"

Alteração em 13/11/2025 – Art. 2º para detalhar o rol de objetivos da Companhia adequando o objeto social à sua realidade atual e às atividades desempenhadas pela Companhia; inclusão do Art. 20 para detalhar as regras e a sistemática do processo de eleição do Conselho de Administração em Assembleia Geral; Art. 27 para atualizar os valores de alçadas de aprovação do Conselho de Administração, com base na inflação desde sua última atualização (IPCA), e incluir alínea para autorizar o Conselho de Administração a, anualmente, decidir pela manutenção ou atualização monetária de tais valores, além de excluir do rol de competências do Conselho de Administração a escolha e substituição dos auditores independentes das Controladas da Companhia.